

RODA DE CONVERSA - AVALIAÇÃO EM SAÚDE

ENTRE A REGULAÇÃO E A GOVERNANÇA: CAMINHOS REGIONAIS PARA A MICROELIMINAÇÃO DAS HEPATITES VIRAIS

Josué Souza Gleriano (josuegleriano@unemat.br)

Carlise Krein (carlisekrein02@hotmail.com)

Rogério Noro (rogerionoro2@gmail.com)

Vinicius Canella (vinicius.canella@unemat.br)

Lucieli Dias Pedreschi Chaves (dpchaves@eerp.usp.br)

Introdução: As hepatites virais permanecem como um grave problema de saúde pública, com impactos significativos na morbimortalidade e desafios para sua eliminação. No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), a regulação assistencial e a governança regional tornam-se elementos para superar desigualdades no acesso e organizar respostas efetivas, ainda pouco exploradas pela produção científica nacional. Objetivo: Avaliar os processos de regulação assistencial e de governança regional na organização das redes de atenção à saúde para alcance das metas de microeliminação das hepatites virais no âmbito do SUS. Método: Pesquisa avaliativa (CAAE: 01481918.0.0000.5393) tendo as hepatites virais como condição traçadora, realizada na Região Médio Norte de Mato Grosso, composta por dez municípios com referência centralizada em um único Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e o Serviço de Assistência Especializada (SAE). Desenvolvido em três etapas: análise documental e bibliográfica; realização de grupos focais com gestores e profissionais; e plenária para pactuação de

estratégias de enfrentamento. Dados foram analisados por meio de abordagem temática e interpretados a partir de uma matriz avaliativa em três níveis, político-institucional, organizacional e das práticas. Resultados: No eixo político-institucional, observou-se alta cobertura da APS e realização integral de testagem, diagnóstico e tratamento no SUS, porém com ausência de estudos sobre vazios assistenciais e baixo investimento específico. No eixo organizacional, a centralização das ações no CTA/SAE garante expertise e continuidade, mas limita a descentralização da atenção e o uso de tecnologias como a telessaúde. No nível das práticas, a definição de fluxos e a atuação da APS fortalecem a prevenção, embora a ausência de sistemas informatizados e protocolos clínicos dificulte o acompanhamento longitudinal. A governança é liderada pela CIR e pelo SAE. O Plano de Ação Regional (2023–2030) propõe acesso equitativo e qualificação da resposta regional à microeliminação. Conclusões A regulação assistencial e a governança regional exercem papel importante na organização da rede e no avanço das estratégias de microeliminação das hepatites virais. Apesar da alta cobertura da APS e da atuação qualificada do serviço de referência, persistem desafios como a centralização do cuidado, a baixa informatização e a limitada participação social, exigindo investimentos estruturais e maior integração para alcançar a eliminação.

Palavras-chave: hepatite viral humana; serviços de saúde; sistemas de saúde; assistência integral à saúde; saúde pública.